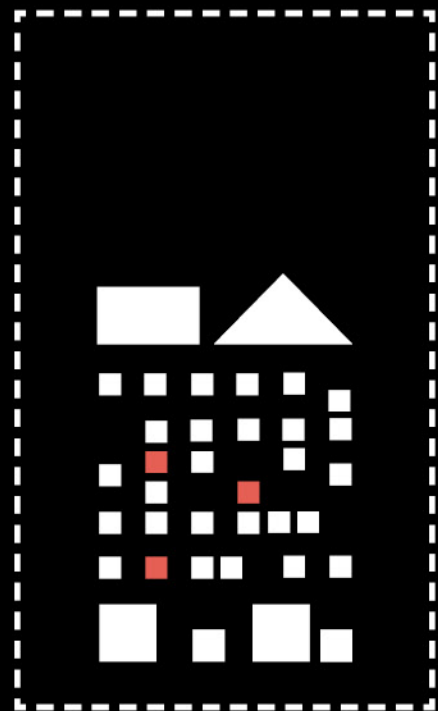
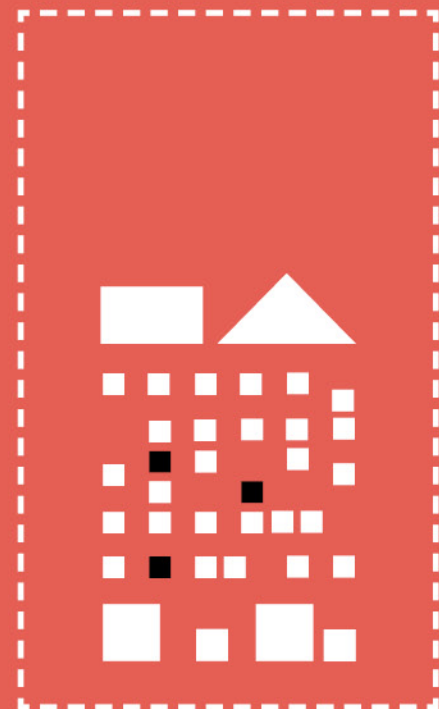




A publicação tem o apoio financeiro do Projeto Lab2PT- Laboratório de Paisagens, Património e Território - AUR/04509 e da FCTMEC através de fundos nacionais e quando aplicável do cofinanciamento do FEDER, no âmbito do novo acordo de parceria PT2020.



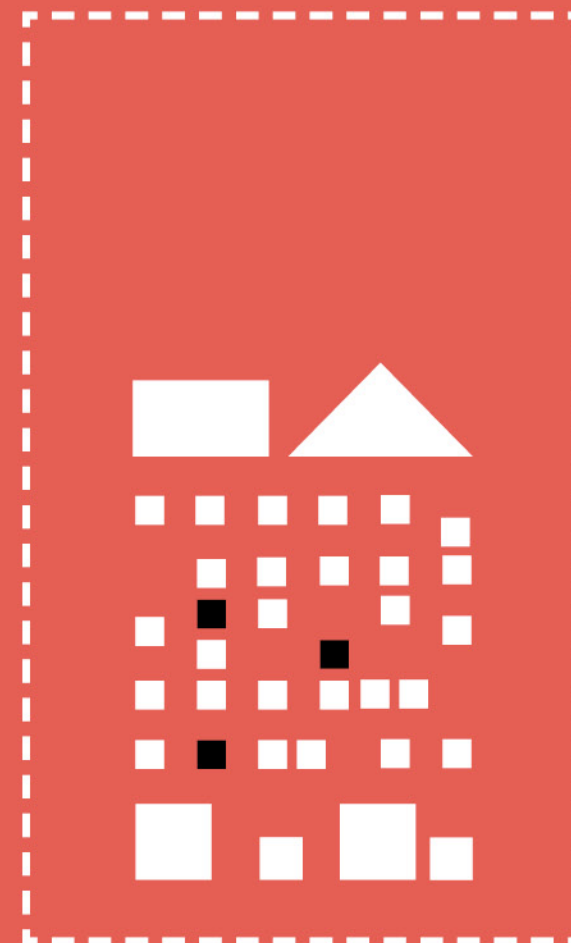
Fátima Moura Ferreira | Francisco Azevedo Mendes
Natália Pereira (coords.)

A CONQUISTA SOCIAL DO TERRITÓRIO

A CONQUISTA SOCIAL DO TERRITÓRIO

ARQUITETURA E CORPORATIVISMO NO ESTADO NOVO

Fátima Moura Ferreira
Francisco Azevedo Mendes
Natália Pereira (coords.)





A CONQUISTA SOCIAL DO TERRITÓRIO

**ARQUITETURA E CORPORATIVISMO
NO ESTADO NOVO PORTUGUÊS**

Título

A CONQUISTA SOCIAL DO TERRITÓRIO
Arquitetura e corporativismo no Estado Novo Português

Coordenação

Fátima Moura Ferreira
Francisco Azevedo Mendes
Natália Pereira

Edição e distribuição

Edições Tenacitas
Rua Bartolomeu Dias, 23 / 3030-041 Coimbra
Fax: 239 780 113 | geral@tenacitas.pt | www.tenacitas.pt

Capa: Miguel A. Rodrigues
Paginação: Margarida Baldaia

Execução gráfica: Papelmunde

Coimbra, Janeiro de 2016

ISBN: 978-989-8665-18-8

Depósito Legal:

A CONQUISTA SOCIAL DO TERRITÓRIO

ARQUITETURA E CORPORATIVISMO
NO ESTADO NOVO PORTUGUÊS

Coordenação:

Fátima Moura Ferreira

Francisco Azevedo Mendes

Natália Pereira



Índice

A conquista social do território. Arquitetura e corporativismo no Estado Novo	9
FÁTIMA MOURA FERREIRA FRANCISCO AZEVEDO MENDES NATÁLIA PEREIRA	
1. Propaganda e corporativização no terreno: Braga anos 30 e 40	13
FÁTIMA MOURA FERREIRA NATÁLIA PEREIRA	
2. Os CODA da EBAP nos anos 40: das linguagens do Estado Novo à emergência de uma consciência moderna	39
EDUARDO FERNANDES	
3. A dimensão arquitectónica das Casas do Povo e das Casas dos Pescadores, entre o projecto-tipo e as expressões locais	57
JESICA JARAMILLO CARLA GARRIDO DE OLIVEIRA	
4. <i>Arquitetura e pública-acção. A Nossa Casa no Mensário das Casas do Povo</i> : três projectos de Raul Lino	79
CARLA GARRIDO DE OLIVEIRA JESICA JARAMILLO	
5. Habitação Social promovida pelas Casas do Povo, 1958-1972. O caso de Santo Estêvão do Arquitecto Vítor Figueiredo	105
VANDA MALDONADO	
6. As Casas dos Pescadores: corporativização e controlo social das comunidades marítimas	127
ÁLVARO GARRIDO	
7. De agronomicamente “bem concebidos” a objectos de representação do Estado. Assentamentos e arquitectura das Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960	145
FILIPA DE CASTRO GUERREIRO	

8. A morfologia territorial das explorações mineiras. A Bacia Carbonífera do Douro DANIELA PEREIRA ALVES RIBEIRO	169
9. Dispensários, as Arquitecturas da Luta Antituberculose. Rosendo Carvalheira e o programa higienista, Raul Lino e o ensaio tipológico, Carlos Ramos e a implementação do projecto-tipo MARIANA CONSCIÊNCIA PEREIRA CARLA GARRIDO DE OLIVEIRA	185
10. A Beira de Bissaya Barreto: A territorialidade de uma rede político-sanitária RICARDO JERÓNIMO SILVA	207
11. O culto da nação: a Exposição do Mundo Português e a formalização do discurso ideológico do Estado Novo RUI PEREIRA	217
12. O Banco Nacional Ultramarino em Moçambique: representação e modernidade ELISIÁRIO MIRANDA	233

*De agronomicamente “bem concebidos”
a objectos de representação do Estado.
Assentamentos e arquitectura das Colónias Agrícolas
Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna
entre 1936 e 1960*

FILIPA DE CASTRO GUERREIRO*

A Junta de Colonização Interna foi um organismo oficial, criado em 1936, dependente do Ministério da Economia. Com personalidade jurídica, funcionamento e administração autónomos, incumbia-lhe a execução dos planos de colonização interna^[1].

Entre 1936 e 1960 a Junta construiu, em Portugal continental, sete colónias agrícolas, cujos assentamentos apresentam uma grande variedade de conformações^[2]. A constituição e configuração de cada um não decorreu de um projecto único, pontual e fechado, foi antes consequência de um longo processo, reflexo de diversas circunstâncias, entre as quais o condicionamento da sua encomenda enquanto veículo de representação do Estado. A nossa reflexão incidirá sobre o enquadramento da encomenda e o seu reflexo no desenho dos assentamentos.

Nos projectos das primeiras colónias, Martim Rei e Milagres, colónias projectadas em 1937, e mesmo no Projecto de Colonização de Pegões, o primeiro desenvolvido de raiz e apresentado em 1942 com o intuito de ser exemplar e exemplo, onde é afirmada a intenção de construir um projecto do ponto de vista agronómico, “doutrinariamente bem concebido e praticamente bem fundamentado”¹, o desenho dos assentamentos reflecte apenas questões agronómicas e económicas. Só a partir dos projectos de colonização dos baldios do Barroso e Boticas, desenvolvidos durante a guerra e terminados entre 1943 e 1946, é que se começaram a colocar questões de desenho do assentamento, do ponto de vista arquitectónico.

* Investigadora do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU); Professor da FAUP (Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto).

O momento e os projectos em si reflectem uma série de circunstâncias que terão despoletado esta nova postura.

A publicação de um número dos Cadernos de Ressurgimento Nacional^{2 [3]}, relativo à Colonização Interna, ilustrado com as Colónias Agrícolas dos Milagres e de Martim Rei, revela o interesse do Secretariado Nacional de Informação pelas Colónias Agrícolas e terá, por ventura, também, despoletado a discussão sobre a necessidade de qualificar, do ponto de vista arquitectónico, as intervenções da Junta, até então projectadas apenas por engenheiros civis e agrónomos, e que destoavam claramente do conjunto de obras que estavam a ser desenvolvidas pelo Ministério das Obras Públicas³.

A Junta acompanhava a acção de colonização interna em Espanha⁴, onde, no rescaldo do final da Guerra Civil, se revia a questão da colonização, através do recém-criado *Instituto Nacional de Colonización*⁵. O povoamento disperso, antes experimentado pela *Junta Central de Colonización y Repoblación Interior*, era criticado, defendendo-se a urgência de responder a “um conjunto de necessidades de maior escala centradas no assentamento onde as ditas habitações se deveriam inscrever; era necessário construir serviços públicos de educação, assistência, saúde e divertimento que prolongassem o lugar de residência e completassem assim um ambiente adequado.”⁶ Neste contexto, o Arquitecto José Tamés Alarcón⁷ defendia as vantagens da adopção da “habitação agrupada formando um sistema de aldeias ou *pueblos*”⁸, e evocava os trabalhos apresentados pela França e Noruega ao tema I “Ordenamento de regiões rurais” do XV Congresso Internacional dos Arquitectos⁹, que partilhavam da mesma opinião:

“Um povoado rodeado de hortas e uma vista livre para os campos é uma solução excelente [...]. Mas deve estar equipado com todas as instituições que a moderna economia e higiene requerem, naturalmente em forma simples e rural.”¹⁰

Associação de Arquitectos Franceses

Da Itália, através de missões de estudo¹¹, conheciam-se dois modelos: o utilizado no Agro Pontino e na Sicília – habitações dispersas nas parcelas de cultivo, *borghi* formados exclusivamente pelos equipamentos e implantados nos cruzamentos estratégicos das estradas e, as novas cidades; e o modelo dos assentamentos concentrados, formados por habitações e equipamentos, utilizado na Sardenha e na Bonifica del Tavoliere.

Para além das referências decorrentes dos programas de colonização desenvolvidos noutros países Europeus¹², através de missões de estudo e de publicações, o momento é também marcado pelo início do curso de Paisagismo no Instituto Superior de Agronomia¹³, facto que se traduz, também, pela existência de um novo conjunto de informação e conhecimento que passou a integrar a cultura dos Engenheiros Agrónomos, sendo relevante considerar o contexto da arquitectura paisagista alemã e inglesa¹⁴.

O projecto de colonização dos baldios do Barroso^[4] e Boticas previa a construção das habitações dos casais num assentamento concentrado. O desenho de um assentamento concentrado, pressupondo um desenho de conjunto que pela sua natureza é mais complexo que o do mero assento de lavoura, ultrapassaria as competências dos engenheiros agrónomos e engenheiros técnicos civis, até então únicos intervenientes directos no desenho. Não estando as autorias dos desenhos identificadas, e dado que a Junta só terá integrado arquitectos no seu quadro a partir de 1947, pensamos que ter-se-á recorrido, num primeiro momento, a projectistas da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

A opção pela dimensão da aldeia em detrimento da dimensão, por hipótese, da vila – à semelhança dos *pueblos* em Espanha ou dos *borghi* em Itália –, coincide com a leitura do povoamento da região, que, na década de 1940, geógrafos como Amorim Girão e Orlando Ribeiro desenvolviam¹⁵.

A questão central de desenho será então a escolha da expressão que estas novas aldeias deveriam assumir. Aspecto que não terá deixado de suscitar reflexão e ponderação num momento em que se debatia a classificação da *Aldeia mais Portuguesa de Portugal*^{16 [5]}.

O sentido de identidade, ruralidade e ordem

• Três dimensões da paisagem para um sentido de representação

A encomenda do conjunto envolve as premissas da moral, higiene e salubridade já colocadas nos projectos anteriores ao nível isolado da casa. Mas em ambos os casos, casa e conjunto, transparece agora um novo sentido de representação, que valoriza a presença de um observador externo e revela a intenção consciente de construção de uma paisagem. Esta noção de construção de paisagem deve ser entendida em diversas dimensões: a paisagem expressa

nos espaços do quotidiano do assentamento, a paisagem onde o assentamento se insere e transforma, e a paisagem que o assentamento deve proporcionar enquanto espaço privilegiado de observação da sua envolvente.

“[...] pretendeu-se contribuir para criar e desenvolver [...] culto consciencioso pelo território continental da Pátria [...], quer na beleza e valor morais e plásticos, quer nos aspectos geomorfológicos, etnográficos, históricos e artísticos.”¹⁷

Luís Reis Santos

O tema da paisagem adquiriu neste período, para o Estado, uma relevância elevada, expressa, por exemplo, na publicação do livro “Paisagem e monumentos de Portugal”¹⁸ no contexto da Exposição dos Centenários, e, nos objectivos que António Ferro perseguia, através do Secretariado da Propaganda Nacional, de projectar o país para o turismo. As dimensões de paisagem que identificamos correspondem a temas presentes numa das acções desenvolvida por António Ferro neste contexto – o concurso da Aldeia mais Portuguesa de Portugal¹⁹ –, temas que nos parecem pertinentes e consequentes para o enunciar da encomenda de desenho dos assentamentos das Colónias Agrícolas.

“Trata-se [concurso da Aldeia mais portuguesa de Portugal] de uma realização de carácter emblemático que pretende fortalecer a ideia de autenticidade e da adequação da arquitectura rural. Indiferente ao progresso e ignorando as reais condições do habitat das aldeias visa-se a permanência, que será tornada exemplar, dos atributos mais facilmente codificáveis para serem usados nos mais diversos contextos.”²⁰

Sergio Fernandez

• *Aldeia cenário-paisagem*

A expressão, veiculada pelo Concurso, das aldeias transformadas em *cenários-paisagem*²¹ de quadros da vida aldeã²², revela-nos um certo sentido de espaço de civilidade²³ que deveria caracterizar estes conjuntos rurais. O *cenário* procurado para os assentamentos, passível de constituir uma imagem propagandeável, deveria exprimir em simultâneo os valores e as virtudes do

espaço rural, símbolos da raça e identidade da nação²⁴, e a presença de um sentido de ordem e de estabilidade do Estado.

“Com a ordem projectada para estes núcleos, pretendia-se assim dar resposta funcional aos imperativos do papel simultaneamente civilizador e de preservação dos valores tradicionais do Portugal rural atribuída às colónias agrícolas.”²⁵

João Castro Caldas

A opção pelo uso do colmo na cobertura dos casais, e a argumentação utilizada²⁶, defendendo a tradicional hierarquia entre os edifícios da aldeia, traduzem a procura destes valores. Também o desenho e a representação gráfica dos projectos dos chafarizes e fontenários desenvolvidos para a Colónia Agrícola do Barroso – o aprumo da mulher que vai com o cântaro ao chafariz, a presença da esfera armilar sobre o fontenário cujo desenho do conjunto expressa um sentido de monumentalidade – são indicadores claros da construção dos dois quadros acima enunciados^[6 e 7].

O sentido de beleza, higiene e aprumo veiculado nas encenações apresentadas durante as visitas às aldeias a concurso²⁷, teriam também um paralelo nas colónias agrícolas, já que estas constituíam um espaço onde o Estado testou mecanismos disciplinadores das condutas²⁸, procurando construir um quadro idílico centrado na “família rural modelar”^{29 [8 e 9]}.

Também do ponto de vista das “festas e outras usanças”³⁰, um dos parâmetros de análise do concurso, houve a tentativa, por parte da Junta, de impor uma festa anual, por si patrocinada, em todas as colónias, no dia de Santo Isidro, ideia que foi posteriormente abandonada³¹.

• Imposições da paisagem

“[...] massa confusa, casario escuro, mal se destaca da rocha granítica da montanha, a pedra bruta de que foi feito e até de que participa, chegando por vezes a uma tal interpenetração, que se não distingue com segurança, ao primeiro olhar onde a casa acaba e começa a rocha.”³²

Cardoso Marta e Simões Müller

Segundo Luís Chaves, membro do júri nacional do Concurso da Aldeia mais Portuguesa de Portugal, um dos temas de debate sobre o carácter verdadeiramente português das aldeias correspondia à relação entre a sua forma e as imposições da paisagem, referindo que a ausência desta relação permitiria à aldeia existir tanto em Portugal como na “Argentina, Cochinchina ou Canadá”³³ [10 e 11]. Podemos aqui encontrar um dos fundamentos para um dos aspectos mais marcantes no desenho dos assentamentos da Colónia Agrícola do Barroso, a sua estreita relação e capacidade de valorização dos acontecimentos topográficos dos sítios.

• Paisagem a partir da aldeia

“[...] o horizonte estende-se até perder de vista, como vaga desdobrando-se para o infinito. Dir-se-ia que estamos na barquinha de um balão cativo”³⁴

André Villeboeuf

O terceiro tema presente no concurso, paralelo a uma das dimensões da construção da paisagem que identificamos nos assentamentos das colónias, revelando a valorização de um observador visitante e consequentemente validando a nossa hipótese de premissa sobre o sentido de representação presente no desenho dos assentamentos, corresponde à importância dada à aldeia enquanto espaço de observação da paisagem envolvente [12 e 13]. Aspecto sublinhado pela consideração do miradouro como o tema, por excelência, dos espaços públicos previstos nos projectos para os assentamentos da Colónia Agrícola do Barroso.

• Paisagem – exemplo

Em 1943 António Ferro referia que as Pousadas construídas pelo Secretariado da Propaganda Nacional teriam como intuito principal “servir de modelo a esta nova orientação da indústria hoteleira em Portugal, maquetas animadas, espalhadas pelo país onde se tornará fácil colher ensinamentos, apreender e desenvolver certas ideias”³⁵ [14]. Neste período são várias as iniciativas estatais que revelam este intuito “pedagógico”, a que o tema da Casa Rural também não escapou. Complementando a série de folhetos “Casa Rural” publicados pelo Ministério da Economia em 1942³⁶ [15], as colónias agrícolas seriam,

à semelhança das Pousadas, “maquetas animadas”, tendo sido afirmado, em pareceres da Câmara Corporativa, que poderiam levantar “benéfica barragem [...] aos conhecidos malefícios do urbanismo”³⁷, sendo de “esperar que os benefícios obtidos depressa contagiem as regiões circunvizinhas”³⁸.

O sentido de instituição e modernização

“Fez-se há tempos a consagração da Aldeia mais portuguesa. Construiu-se um galo de prata e disseram-se ou escreveram-se palavras encomiásticas onde distinguiam, aqui e além, tons de menos apreço pela urbe moderna e higiénica; chegou-se à heresia de chamar a Monsanto salão nobre da Beira. A intenção foi certamente louvável mas ajudou a vincar o diferendo em discussão. Glorificar como mais portuguesa, porventura como modelo de povoado rural, uma aldeia suja e rude [...] é de um espiritualismo que eu não compreendo [...]. Mas porque não se glorifica a aldeia mais limpa, a aldeia mais bonita, a aldeia mais produtiva, enfim, a aldeia que mostre qualquer característica positiva e boa em oposição a esta característica negativa de reproduzir fielmente, por atraso e não propósito, os tempos de Covadonga?”³⁹

José Ferreira Dias

“Que não se consagrem mais aldeias atrasadas e menos higiénicas, permitindo assim que se confunda estagnação e primitivismo com tradição [...]”⁴⁰

Conclusões e votos do congresso

Num período seguinte, na transição da década de 1940 para a de 1950, com a derrota dos fascismos na II Guerra Mundial, assiste-se não só ao início do processo de industrialização do país, como também a um desanuviamiento do ponto de vista cultural. Nos projectos para os assentamentos transparece a procura de um novo sentido de representação, expresso já não pelos valores da ruralidade, mas pela presença institucional do Estado que agora se quer expor como agente de modernização.

À semelhança dos *borghi* italianos, através da concentração de equipamentos em pontos-chave do território, são criadas novas centralidades, centros cívicos que afirmam e expõem a presença das instituições de assistência técnica, médica e social do Estado. Espaços que pretendem, por um lado, constituir-se como novos referentes identitários dos colonos – colonos agora entendidos como detentores de *empresas agrícolas familiares*⁴¹ –, e, por outro, materializar um cenário de representação da presença do Estado.

“Neste contexto, poderia esperar-se a abolição das imposições que tinham pesado sobre os arquitectos. Mas tal não aconteceu: a liberdade de expressão no campo da arquitectura não ia surgir de um dia para o outro, pois os ditames oficiais aproveitavam da rotina administrativa para se perpetuarem e os próprios arquitectos, com algumas excepções, os haviam interiorizado. [...]”

Por terem os projectos já elaborados, por rotina administrativa ou por teimosia de alguns funcionários e mesmo arquitectos saudosistas, muitos edifícios públicos ostentando o vocabulário típico do Estado Novo foram ainda construídos nos anos seguintes: palácios de justiça, igrejas e universidades, entre estas as imponentes construções de Lisboa e Coimbra, inspiradas na arquitectura fascista italiana.”⁴²

Nuno Teotónio Pereira

Com a “nova fachada democrática” que o Estado quer transmitir, e que possibilita a realização do I Congresso Nacional de Arquitectura, onde se ouvem e registam as críticas dos arquitectos às imposições estilísticas, passa a haver, dentro da Junta, espaço para propostas com diferentes expressões arquitectónicas, sendo encomendados projectos a vários arquitectos exteriores à Junta⁴³.

O modo como a representação institucional do Estado se expressa, quer do ponto de vista da organização dos assentamentos e da sua relação com as vias de comunicação, quer do ponto de vista da expressão arquitectónica dos equipamentos, não corresponde a uma proposta única e unificadora de todas as colónias. Varia nas diferentes colónias e mesmo em diferentes núcleos da mesma colónia.

A título de exemplo podemos ver como para o Centro Social das Faias, em Pegões^[16 a 21], é desenvolvido por um arquitecto do quadro da Junta – Maurício Trindade Chagas –, uma proposta com uma expressão arquitectónica ainda em continuidade com a adoptada nas décadas anteriores, e no mesmo ano, 1951, o arquitecto Celestino de Castro, contratado pela Junta para este trabalho específico, propõe, quer a reorganização do conjunto segundo premissas do movimento moderno, como a insolação, quer a opção por uma expressão arquitectónica directamente decorrente da própria técnica construtiva. Técnica que é introduzida pelo arquitecto Eugénio Corrêa, funcionário da DGEMN, ainda no mesmo ano, e na mesma colónia, no projecto para a igreja de Santo Isidro^[20]. Com um entendimento muito genuíno do que deveria ser uma leitura regionalizada da arquitectura, Eugénio Corrêa propõe a reinterpretação das abóbadas alentejanas a partir da construção de paraboloides com fusos cerâmicos.

Na Colónia Agrícola do Barroso será relevante observar a contradição entre a monumentalidade do conjunto proposto no plano inicial, e a escala e presença dos edifícios dos equipamentos posteriormente projectados e construídos, respondendo ao então apenas necessário. Contradição entretanto mediada pela profusa arborização, que, essa sim, parece constituir uma invariante no espaço das colónias. Invariante que está necessariamente associada à concepção espacial introduzida pela presença, nos técnicos da Junta, dos arquitectos paisagistas recém-licenciados pelo Instituto Superior de Agronomia. Presença de que a Colónia Agrícola da Gafanha será o melhor exemplo, já que os seus espaços foram integralmente redesenhados pelo arquitecto paisagista António Campello^[23].

“O regime tinha-se [1948] voltado para programas de desenvolvimento industrial e de modernização, seguindo as ideias de Ferreira Dias, e em breve surgiriam os planos de Fomento. Nestas circunstâncias, e no que respeita à arquitectura, os critérios técnicos tendiam a prevalecer sobre os preconceitos estéticos.”⁴⁴

Nuno Teotónio Pereira

O Centro Social da Gafanha revela-nos ainda uma outra postura deste período, e que corresponde à mais frequente nos projectos desenvolvidos pelos arquitectos que pertenciam ao quadro da Junta, neste caso, o Arquitecto António Trigo^[24]. Traduz-se pela valorização dos aspectos técnicos em detrimento dos aspectos estéticos, otimizando o desenho dos edifícios do ponto de vista económico no que respeita à sua construção, funcionamento e, principalmente, à sua conservação. Opção que se expressa, em resumo, pela construção de volumes simples, compactos, com coberturas de quatro águas que se prolongam de forma a proteger paredes e vãos.

O sentido de comunidade

No conjunto de assentamentos projectados na segunda metade da década de 1950, do qual apenas o assentamento de Vascões na Colónia Agrícola da Boalhosa^[25 a 27] foi construído, mais do que condicionamentos ou orientações da encomenda, observam-se reflexos dos debates disciplinares em curso, e sinais da prática de projecto e aprendizagem com as colónias agrícolas já

construídas. O aspecto que de alguma forma nos parece particularmente relevante sublinhar corresponde a um progressivo entendimento do conjunto de casais agrícolas e seus equipamentos como uma comunidade, afastando-se de um somatório de unidades independentes. Entendimento legível também do ponto de vista dos equipamentos, já que é neste período que são estabelecidas a maioria das cooperativas quer de consumo, quer de produção.

Se no início da década de 1950, nas colónias da Junta se verificou uma separação clara entre o espaço dos casais dos colonos e o espaço onde se concentravam os equipamentos, que constituíam assentamentos independentes, na segunda metade da década, casais e equipamentos integram o mesmo assentamento numa composição única^[28]. Verificando-se também uma introdução progressiva de espaços públicos com um carácter mais urbano.

A primeira questão que se coloca relativamente aos espaços públicos decorre de uma transformação no desenho da parcela que corresponde à organização específica dos espaços de apoio agrícola, e à separação entre os acessos à casa e os acessos às dependências agrícolas. Desenho que leva a que, a partir de 1954, todas as parcelas projectadas passem a ser acedidas por duas vias, ainda que não exista diferenciação entre vias para as pessoas, e vias para os carros e animais.

A segunda questão decorre de um debate levantado no âmbito do desenho dos *pueblos* espanhóis onde se defendia “a eliminação das ruas indefinidas e a sua substituição por espaços limitados, com um remate visual e uma relação de altura e largura dentro de limites mensuráveis”⁴⁵, considerando que “a rua recta é apropriada para o trânsito, mas não para se estar nem para a apresentar como modelo de arquitectura. Pelo contrário, interessam-nos as praticas, os cantos e os remates de perspectivas.”⁴⁶ Estas considerações sobre a forma dos espaços indicam a procura, neste período, de um sentido de comunidade, e terão a sua tradução, no desenho dos assentamentos da Junta, através de mecanismos de interrupção dos traçados rectilínios das ruas, seja através do recurso a uma praça onde desembocavam as ruas, quebrando a sua continuidade, seja através do desenho curvo das ruas.

O sentido de comunidade é também revelado, quer pela passagem dos fornos individuais a fornos colectivos, quer pela passagem do modelo de casa isolada no lote a casa geminada ou em banda^[29 a 32].

O percurso da Junta, marcado por diferentes momentos, e em determinados momentos por diversas propostas, constitui um exemplo de como um Organismo do Estado Novo, ou o trabalho por si produzido, não pode ser

conotado directa e linearmente com o entendimento estabilizado sobre a coe-rência estatal na sua globalidade.

Através do percurso entre o individualismo do assento de lavoura isolado e as experiências de agregação e vizinhança que culminam com as habitações geminadas da Colónia Agrícola da Boalhosa, interessa-nos sublinhar o modo como a justa distância – utilizando o termo de Bernardo Secchi⁴⁷ –, quer entre habitações, quer entre estas e os equipamentos, assume um papel fundamental no carácter dos assentamentos, revelando ao longo do tempo, nos seus suces-sivos ajustes, intenções ou condicionamentos da encomenda.

Notas

- ¹ JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. *Projecto de colonização da herdade de Pegões*. Lisboa, JCI, 1942. 16.
- ² SNL. *Colonização Interna. Cadernos do Res-surgimento Nacional*. Lisboa, Secretariado Nacional de Informação. s./d. [1945].
- ³ A JCI era um organismo com personalidade jurídica, de funcionamento e administração autónomos, pertencendo, inicialmente ao Ministério da Agricultura, e a partir de 1940 ao Ministério da Economia.
- ⁴ Até 1945 aparecem registadas 3 missões de estudo da JCI a Espanha: 1942 – planos e realizações de rega do Instituto Nacio-nal de Colonização; 1943 – Melhoria das Condições de habitação junto do Instituto Nacional de la Vivenda; 1945 – Colónias agrícolas espanholas nas províncias da Estremadura e Andaluzia. In JCI. *Estudos realizados pela J.C.I. até fins de 1962, reunidos por distritos e no continente em Geral*. Lisboa, JCI, 1962. 33.
- ⁵ O Instituto Nacional de Colonización foi um organismo criado em Espanha em Outu-bro de 1939, dependente do Ministério de Agricultura.
- ⁶ Francisco Javier Monclús; José Luis Oyón. *Historia y evolución de la colonización agraria en España. Volumen I – Políti-cas y técnicas en la ordenación del espacio rural*. Madrid, MAPA, MAP, MOPU, 1988. 360-361.
- ⁷ Arquitecto nomeado em 1939 para Chefe do Serviço de Arquitectura do INC e que ocu-pou o cargo até à sua reforma, em 1975.
- ⁸ José Tamés Alarcón. «Proceso urbanístico de nuestra colonización interior.» *Revista Nacional de Arquitectura. Revista de la Sociedad Central de Arquitectos*. Ano VIII, número 83. Novembro de 1948. 423.
- ⁹ Congresso que terá sido convocado em 1939 mas que não se chegou a realizar devido ao despoletar da Segunda Guerra Mundial.
- ¹⁰ Representação da Associação de Arquitec-tos Franceses citada por José Tamés Alar-cón. Tamés, «Proceso...», 423.
- ¹¹ Existe o registo de 2 missões de estudo da JCI a Itália entre 1937 e 1938: 1937 – Orien-tação, direcção e execção de serviços de colonização – Itália e Checoslováquia; 1938 – Modalidades de colonização nas regiões de sequeiro de clima mediterrânico – Itália, Túnisia e Argélia. In JCI. *Estudos realizados pela J.C.I. até fins de 1962, reunidos por dis-tritos e no continente em Geral*. Lisboa, JCI, 1962. 33.
- A informação decorrente da primeira missão de estudo foi compilada no documento: José Garcez Pereira Caldas. *A bonifica integral em Italia*. Lisboa, JCI, 1937.
- ¹² Existe na biblioteca da DGADR um livro Suíço que pertencia à JCI, profusamente sublinhado, que relata não só as acções de colonização na Suíça, mas também na

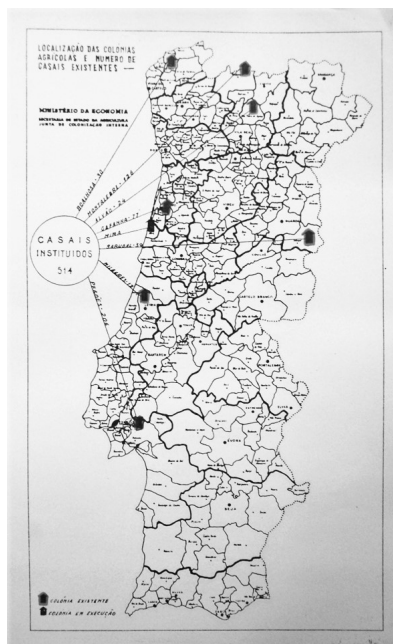
- Alemanha, Áustria, Hungria, Holanda, França e Itália: Jean Piller. *La colonisation intérieure*. Fribourg, Éditions du Secrétariat Agricole, 1938. Há também o registo de uma missão de estudo à Alemanha e Holanda em 1938: Orientação, direcção e execução de serviços de colonização. In JCI. *Estudos realizados pela J.C.I. até fins de 1962, reunidos por distritos e no continente em Geral*. Lisboa, JCI, 1962. 33.
- ¹³ Francisco Caldeira Cabral, regente em 1940 da disciplina de Construções Rurais no Instituto Superior de Agronomia, iniciou em 1941 um curso experimental de Arquitectura Paisagista.
- ¹⁴ “[...] Caldeira Cabral, motivado pela leitura de um artigo da Encyclopædia Britannica onde se falava da nova profissão de Arquitecto Paisagista, propôs-se fazer os respectivos estudos, optando pelo curso recentemente criado na Faculdade de Agronomia da Friedrich Wilhelm-Universität de Berlim.” In proffranciscocaldeiracabral.portaldojardim.com/biografia/ [consultado em 2015-02-06].
- ¹⁵ GIRÃO, Aristides de Amorim. *Geografia de Portugal*. Porto, Portucalense Editora, 1941. GIRÃO, Aristides de Amorim. *Atlas de Portugal*. Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1941. RIBEIRO, Orlando. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra, Coimbra Editora, 1945.
- ¹⁶ O concurso da Aldeia Mais Portuguesa de Portugal, cujo regulamento foi publicado a 7 de Fevereiro de 1938, foi organizado por António Ferro, no âmbito do Secretariado de Propaganda Nacional. No preâmbulo do regulamento é feita referência ao diploma que criou o SPN, a quem compete «combater por todos os meios ao seu alcance a penetração no nosso país de quaisquer ideias perturbadoras e dissolventes a unidade nacional». Brito, «O Estado Novo..», 511-532.
- ¹⁷ Luís Reis Santos; Carlos Queiroz. *Paisagem e monumentos de Portugal*. Lisboa, Ed. da Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Nacional dos Centenários, 1940. 5.
- ¹⁸ SANTOS, *Paisagem e...*
- ¹⁹ “A ideia de percorrer o país e de mostrar a beleza das suas paisagens com o Concurso da Aldeia Mais Portuguesa de Portugal revela a visão propagandística de António Ferro pretender uma intenção turística [...]” In Joaquim Sampaio. «Mitificação e paisagem simbólica: o caso do Estado Novo» in *Cadernos do curso de doutoramento em geografia*, vol. 4. Porto, FLUP, 2012. 117.
- ²⁰ FERNANDEZ, Sergio. *Percurso: arquitectura portuguesa, 1930/1974*. Porto, FAUP, 1988 [2.ª edição]. 36.
- ²¹ “A campanha de «bom gosto» tinha chegado às aldeias portuguesas, agora transformadas em cenários-paisagem do que deveriam ser todas as aldeias, modelo estético que mudaria as paisagens de Portugal, e aí talvez o país ficasse um «jardim à beira-mar plantado».” In SAMPAIO, «Mitificação e ...», 117.
- ²² “[...] o concurso constituiu ele próprio pretexto para um vasto conjunto de encações da cultura popular, que transformaram as povoações visitadas em quadros estáticos de pura contemplação. Apesar de se deslocarem ao «campo», Ferro e o seu séquito não depararam com as localidades no seu quotidiano, mas sim com uma sucessão de elaborados «frescos» da vida aldeã propositadamente criados para o certame.” In Vera Alves. «*Camponeses estetas no Estado Novo: arte popular e nação na política folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional*». Lisboa, ISCTE, 2007. [Dissertação de Doutoramento em Antropologia]. 84-85.
- ²³ Utilizamos o termo civilidade evitando a utilização do termo urbanidade, cuja leitura mais imediata se opõe a ruralidade, sendo a nossa intenção vincar a procura do seu sentido num quadro de ruralidade. O termo é também utilizado, pelo arquitecto José Luís Pinto Machado, quando cita livremente uma frase afixada na aldeia de La Martella “Numa palavra, dar uma casa quer dizer ajudar um homem a existir com aquele hábito de civilidade que está no direito de todos.” In José Luís Pinto Machado. *A arquitectura rural e a reorganização fundiária italiana*. Lisboa, JCI, 1964. 55.

- ²⁴ "A perspectiva de Luís Chaves não deixa de patentear [...] alguns desenvolvimentos radicais de ideias sobre a continuidade entre o território e a cultura nacional, mas todo o discurso do SPN que sublinha essa imersão das aldeias no território em que se inserem é comum às representações nacionalistas dos mais diversos contextos, nas quais é vulgar a associação entre a exaltação do povo rural e a atracção pela paisagem natural [...]. São partes indissociáveis da imagem do campo enquanto espaço onde as virtudes pátrias se encontrariam intactas." In ALVES, «*Camponeses estetas*»..., 89.
- ²⁵ João Lemos de Castro Caldas. *Política de colonização interna. A implantação das colónias agrícolas da JCI*. Lisboa, Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, 1988. [Tese de doutoramento Engenharia Agrónómica]. 39.
- ²⁶ "A cobertura mais geralmente usada na região do Barroso é a de colmo. Em todas as aldeias são de colmo os telhados das casas de habitação, estábulos, palheiros, etc. só a Igreja e os edifícios escolares de recente construção fogem à regra, pois é já frequente encontrá-los com cobertura de telha." In JCI. *Projecto de colonização dos baldios de Montalegre e Boticas: I Parte – freguesia de Chã*. Lisboa, Junta de Colonização Interna, 1944. 43.
- ²⁷ "[...] a comitiva do Secretariado terá assistido a reconstituições de vária ordem, de festas e procissões a demonstrações de trabalho artesanal e agrícola, ao mesmo tempo que camponeses apropriadamente trajados passavam pelos visitantes de forma aparentemente casual [...]." In ALVES, «*Camponeses estetas*»..., 85.
- ²⁸ "A conduta dos colonos não é assim apenas matéria de propaganda destinada à inculcação ideológica de valores caros – como a "ordem" ou a "família" – aos pensadores e obreiros da colonização, ou, em última análise, à ideologia estadonovista, que a sustenta, mas é objecto da acção dos mecanismos que agem individualmente sobre a vida dos colonos. Entre estes mecanismos disciplinadores das condutas destaca-se neste estudo as visitas domiciliárias realizadas pelas assistentes sociais, as suas auxiliares, ou por educadoras familiares rurais nas colónias agrícolas, a partir dos anos cinquenta. [...] A vigilância sobre as condutas incide principalmente sobre a higiene, o "arranjo do lar", mas também sobre a dieta alimentar, a gestão do orçamento doméstico ou a educação infantil, ou assuntos ligados à civilidade." In Elisa Lopes Silva. *A propriedade e os seus sujeitos: colonização interna e colónias agrícolas durante o Estado Novo*. [Dissertação de Mestrado em História Contemporânea]. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011. 97.
- ²⁹ José Rebelo Vaz Pinto. *As Colónias Agrícolas e a sua Assistência*. Lisboa, JCI, 1956. 7.
- ³⁰ "Como condições essenciais, «a maior resistência oferecida a decomposições e influências estranhas e o estado de conservação no mais elevado grau de pureza das características seguintes: [...] 1.º Habitação; 2.º Mobiliário e alfaia doméstica; 3.º Trajo; 4.º Artes e indústrias populares; 5.º Formas de comércio; 6.º Meios de transporte (terrestres, marítimos e fluviais); 7.º Poesias, contos, superstições, jogos, canto, música, coreografia, teatro, festas e outras usanças; 8.º Fisionomia topográfica e panorâmica.» (Base I)." In Brito, «O Estado Novo...», 511-512.
- ³¹ CALDAS, *Política de...*, 40-41.
- ³² M. Cardoso Marta; Adolfo Simões Müller. «Evocação de Monsanto» em *Monsanto*. Lisboa, Edições SNI, 1947. 5-42.
- ³³ Luís Chaves. «A Aldeia Mais Portuguesa de Portugal». *Ocidente*, n.º IV, 1939. 415-437.
- ³⁴ Citado por Adolfo Simões Müller. «A aldeia mais Portuguesa. Paisagem de Monsanto e das suas almas». *Panorama* n.º 2, ano 1, 1941. 7-8.
- ³⁵ Discurso do Director do S.P.N., sede do S.P.N., 27 de Março de 1943. In Susana Lobo. *Pousadas de Portugal – Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006. 39.
- ³⁶ n.º 25: *A casa rural*. Pelo Professor E. A. Lima Bastos (do Instituto Superior de Agronomia); n.º 26: *A casa rural – A habitação*; e

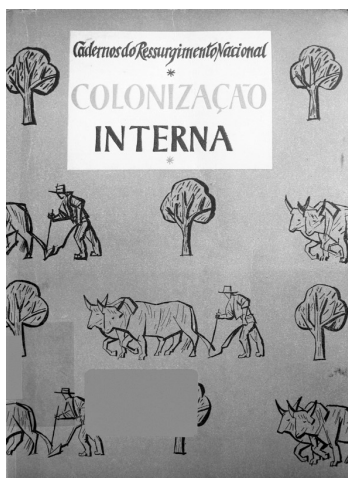
- n.º 35: *A casa rural – o silo*. Pelo Engenheiro Agrónomo Mário Botelho de Macedo. Campanha da Produção Agrícola. Série B. Lisboa, Ministério da Economia. Serviço Editorial da Repartição de Estudos, Informação e Propaganda da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, 1942.
- ³⁷ “Parecer referente a dois projectos de colonização interna”, Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa. 10.º suplemento ao n.º 192, 29 de Outubro de 1938. 842.
- ³⁸ Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa. Sessão n.º 19, em 23 de Janeiro de 1946. 294.
- ³⁹ José Ferreira Dias. *Linha de Rumo*. 1945. APUD VITAL, António Lobão. “A Casa, o Homem e a Arquitectura”. In *1.º Congresso Nacional de Arquitectura: relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e votos do Congresso*. Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948. 208.
- ⁴⁰ *1.º Congresso Nacional de Arquitectura: relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e votos do Congresso*. Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948. LXII.
- ⁴¹ Referimo-nos à passagem da expressão inicial de casal-agrícola para a expressão de empresa agrícola familiar.
- ⁴² Nuno Teotónio Pereira. «A Arquitectura de regime, 1938-1948» em Ana Tostões; Annette Becker; Wilfried Wang (com.). *Portugal: Arquitectura do Século XX*. Munchen / New York / Frankfurt / Lisboa, Prestel / DAM / PF 97, 1998. 37-38.
- ⁴³ “São os departamentos do Estado com maior autonomia administrativa que mais rapidamente encomendam projectos a jovens arquitectos sem qualquer imposição estilística [...]” in Nuno Teotónio Pereira. «A Arquitectura de regime, 1938-1948» em Ana Tostões; Annette Becker; Wilfried Wang (com.). *Portugal: Arquitectura do Século XX*. Munchen / New York / Frankfurt / Lisboa, Prestel / DAM / PF 97, 1998. 37-38.
- ⁴⁴ Nuno Teotónio Pereira; José Manuel Fernandes [colaboração]. «A arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959». AAVV. *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia: 1926-1959*. Lisboa, Fragmentos, 1987. 348.
- ⁴⁵ Alejandro Herrero. «Independencia de circulaciones e trazado de poblados». *Revista Nacional de Arquitectura. Revista de la Sociedad Central de Arquitectos*. N.º 80-81 (1948). 348-357.
- ⁴⁶ Alejandro Herrero. «15 normas para la composición de conjunto en barriadas de vivienda unifamiliar». *Revista Nacional de Arquitectura. Revista de la Sociedad Central de Arquitectos*. N.º 168 (1955). 17-28.
- ⁴⁷ “La giusta distancia” em italiano, ou “la bonne distance” em francês, é uma expressão recorrentemente utilizada por Bernardino Secchi. Bernardino Secchi. *Lezione 9 – La giusta distanza: questioni di dettaglio*. [12 Dezembro 2001]. Veneza, IUAV-Urbanistica, 2001-2002.



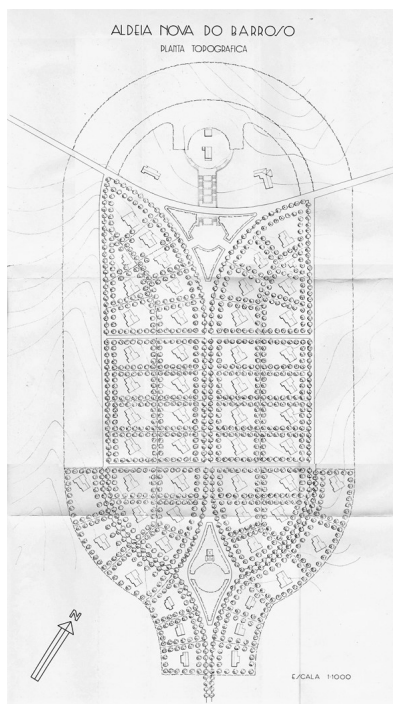
▲ 1. Primeiro logótipo da Junta de Colonização Interna, utilizado a partir de 1939.



▼ 2. “Localização das colónias agrícolas e número de casas existentes”, JCI, 1960.



▲ 3. Edição dos Cadernos de Ressurgimento Nacional dedicado à Colonização Interna, SNI, [1945].

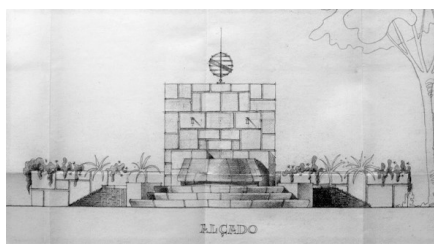
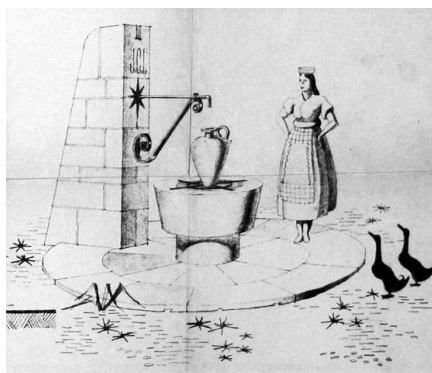


► 4. Planta da Aldeia Nova do Barroso, JCI, 1943.



◀ 5. Capa do regulamento do Concurso “A aldeia mais portuguesa de Portugal”, SPN.

▼ 6. Perspectiva do “Chafariz para o lugar de S. Mateus” [recorte], JCI, 1950.



▲ 7. Alçado do “Fontenário para o Lugar do Vidoeiro” [recorte], JCI, 1950.

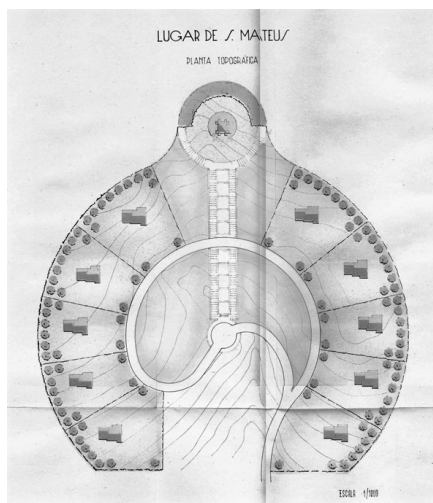
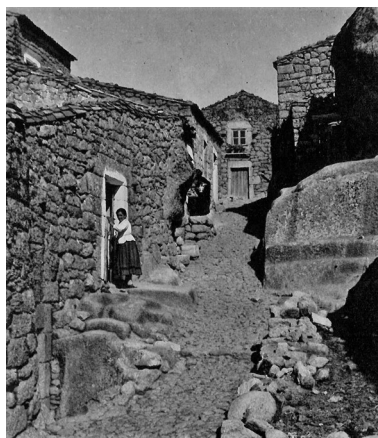
► 8. Família de colonos na Colónia Agrícola dos Milagres, JCI.



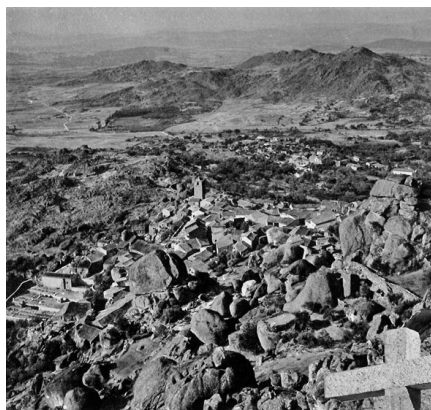
- ▼ 9. “Tipos populares da pitoresca aldeia de Monsanto”. SPN, 1940.



- ▼ 10. Aldeia de Monsanto, no livro *Portugal 1940*, SPN, 1940.



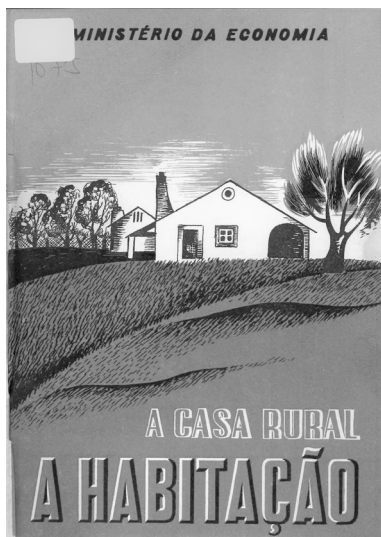
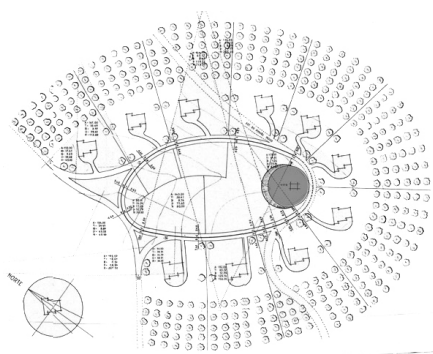
- ▲ 11. Planta do Lugar de S. Mateus, JCI, 1944.



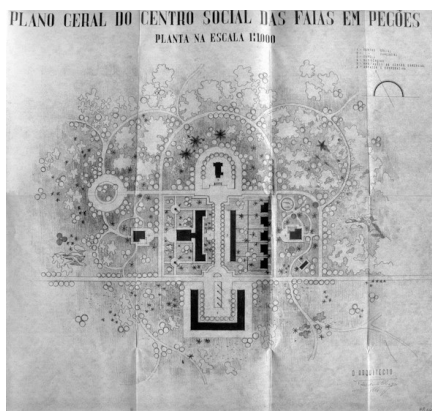
- ▲ 12. Aldeia de Monsanto, no livro *Portugal 1940*, SPN, 1940.

- 14. “Pousadas” no livro *Portugal 1940*, SPN, 1940.

- ▼ 13. Planta do Lugar de Pinhal Novo com o miradouro assinalado, JCI, 1947.

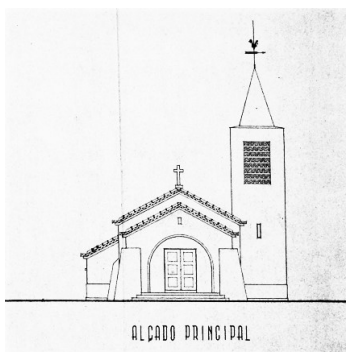


- ▲ 15. Capa da publicação “A casa rural – A habitação”, Ministério da Economia, 1942.

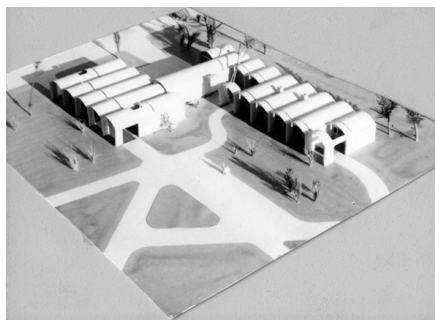
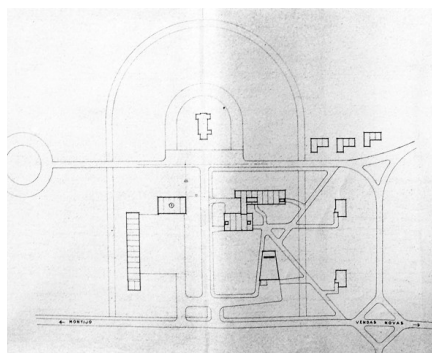


- ▲ 16. “Plano Geral do Centro Social das Faias em Pegões”, JCI, 1951.

▼ 17. Alçado principal da Capela das Faias.
Arq. Maurício Trindade Chagas,
JCI, 1951.



▼ 18. Plano Geral do Centro Social
das Faias em Pegões, JCI, 1952.

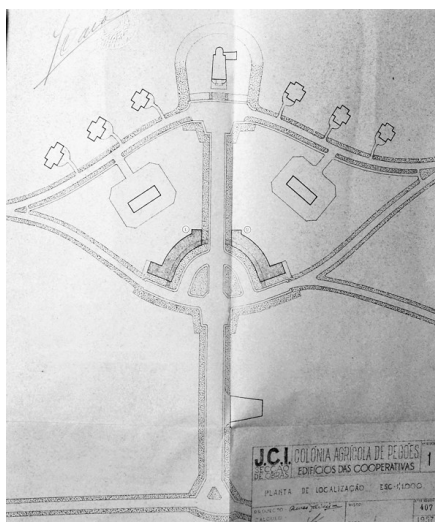


▲ 19. Anteprojecto para o Edifício
do Centro Social do Núcleo das Faias.
Arq. Celestino de Castro,
JCI, 1951.

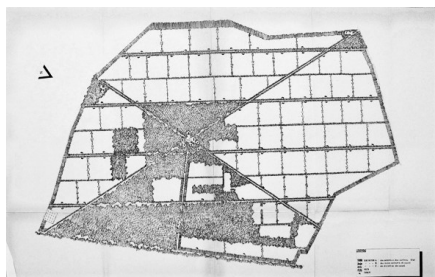
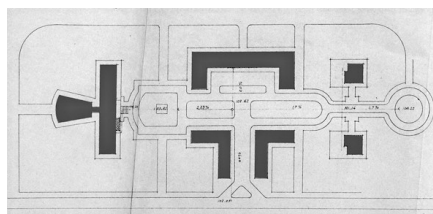
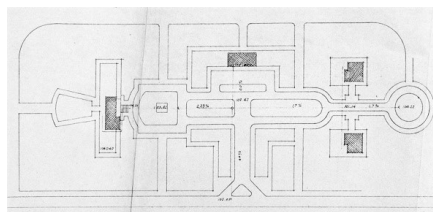


▲ 20. Igreja de Santo Isidro.
Arq. Eugénio Correia, JCI, 1951.

▼ 21. Planta do conjunto do Centro Social de Pegões Velhos. Proposta de implantação dos edifícios das cooperativas. JCI, 1958.



▼ 22. Centro Social da Colônia Agrícola do Barroso. Planta do conjunto em 1952. Simulação do plano inicial. JCI.

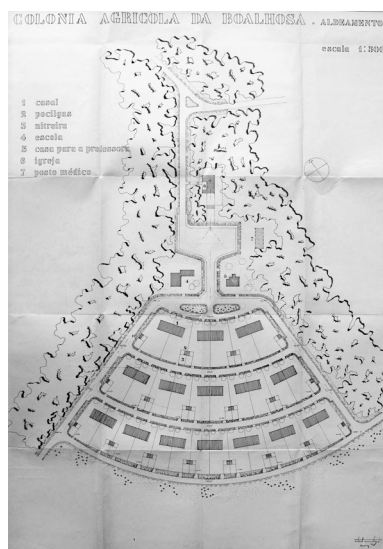


▲ 23 Planta Geral de Ordenamento Paisagístico da Colônia Agrícola da Gafanha. Arq. P. António Campello, JCI, 1956.

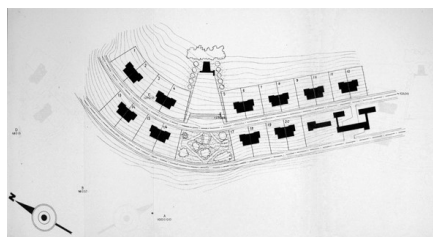
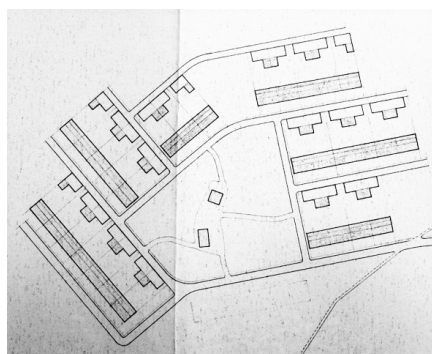


▲ 24 Posto Médico Social da C.A. Gafanha, Arq. António Trigo, JCI, 1954.

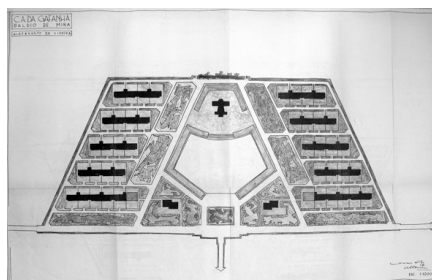
▼ 25. Assentamento de Vascões,
C.A. Boalhosa. Arq. António Trigo,
JCI, 1956.



▼ 26. Primeira versão do assentamento
de Vascões. Arq. Henrique Albino,
JCI, 1954.



▲ 27. Assentamento de Lameira do Real.
C.A. Boalhosa. Arq. Neves de Oliveira,
JCI, 1958.



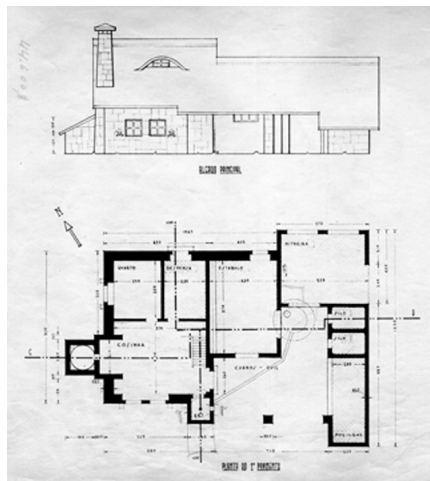
▲ 28. Assentamento da Videira, C.A.
Gafanha. Arq. Vasco Lobo, 1957.

▼ 29. Forno Colectivo na C.A. Boalhosa.
Arq. António Trigo, 1959.



▲ 31. Assentamento de Vascões.
C. A. Boalhosa, JCI, 1956.

▼ 30. O Forno no “Casal tipo para a região do Barroso”, JCI, 1943.



▲ 32. Casal isolado na C.A.
Martim Rei. JCI, 1937.

Fontes das imagens

- ¹ José Moreira de Sousa Andrade. *Estudo prévio aos baldios da Serra da Boalhosa*. Lisboa, JCI, 1939. [Capa].
- ² JCI. *Pormenores sobre o programa de Colonização Interna*. Lisboa, JCI, 1960. [s/n].
- ³ SNI. *Colonização Interna. Cadernos do Resurgimento Nacional*. Lisboa, Secretariado Nacional de Informação. s./d. [1945].
- ⁴ JCI. *Projecto de colonização dos baldios de Montalegre e Boticas: I Parte – freguesia de Chã*. Lisboa, JCI, 1944. [s/n].
- ⁵ Postal Ilustrado. www.eshtoris.hypotheses.org/756 [consultado em 2015-04-16].
- ⁶ António Trigo. *Abastecimento de águas ao aldeamento de S. Mateus*. Lisboa, JCI, 1950. [s/n].
- ⁷ JCI. *Vidoeiro: abastecimento de água: memória descritiva e justificativa*. Lisboa, JCI, 1950. [s/n].
- ⁸ JCI. *Colónia Agrícola dos Milagres* [Álbum de fotografias]. Lisboa, JCI, [194-?]. [s/n].
- ⁹ SECRETARIADO NACIONAL DE PRO-GAGANDA. *Portugal 1940*. Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários – S.N.P., 1940. [s/n].
- ¹⁰ SNP, *Portugal ...*, [s/n].
- ¹¹ JCI, *Projecto de colonização dos baldios de Montalegre e Boticas: I Parte ...*, [s/n].
- ¹² SNP, *Portugal ...*, [s/n].
- ¹³ JCI. *Projecto de colonização dos baldios de Montalegre e Boticas: II Parte – Freguesias de Morgade, Cervos e Beça. Anexo 5: Aldeamentos, arruamentos*. Lisboa, JCI, 1947. [s/n].
- ¹⁴ SNP, *Portugal ...*, [s/n].
- ¹⁵ Mário Botelho de Macedo. *A casa rural – A habitação*. Campanha da Produção Agrícola. Série B, n.º 26. Lisboa, Ministério da Economia. Serviço Editorial da Repartição de Estudos, Informação e Propaganda da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, 1942.
- ¹⁶ Maurício Trindade Chagas. *Centro Social das Faiais em Pegões: arruamentos: memória descritiva e justificativa*. Lisboa, JCI, 1951. [s/n].
- ¹⁷ Maurício Trindade Chagas. *Capela da Colónia Agrícola de Pegões: núcleo da Aroeira e Lagoa do Calvo, concelho de Palmela: projecto*. Lisboa, JCI, 1951. [s/n].
- ¹⁸ Henrique Brando Albino. *Hangar de máquinas da Colónia Agrícola de Pegões: Núcleo do Vale da Aroeira, concelho de Palmela: projecto*. Lisboa, JCI, 1952. [s/n].
- ¹⁹ Centro de Documentação da FAUP. Fundo Celestino Castro – 012.
- ²⁰ “Junta de Colonização Interna [Material Gráfico]. Estúdio Mário Novais” In www.biblartepac.gulbenkian.pt [consultado em 2014/07/23].
- ²¹ J. Neves Oliveira. *Colónia Agrícola de Pegões. Projecto de edifícios para cooperativas*. Lisboa, JCI, 1957. [s/n].
- ²² JCI. *Abastecimento de água ao Centro Social do Núcleo do Barrosos: memória descritiva e justificativa*. Lisboa, Junta de Colonização Interna, 1952. [s/n]. | Desenho da autora sobre imagem atrás referida.
- ²³ António Roquette Campello. *Estudo de ordenamento paisagístico e de urbanização da Colónia Agrícola da Gafanha. Parte 1*. Lisboa, JCI, 1956. [s/n].
- ²⁴ JCI. *Actividades da Junta de Colonização Interna [Documentação fotográfica]: Centros de Colonização*. Lisboa, JCI, [195-?]. [s/n].
- ²⁵ António Trigo. *Colónia Agrícola da Boalhosa: urbanização: projecto*. Lisboa, JCI, 1959. [s/n].
- ²⁶ Henrique Brando Albino. *Boalhosa: aldeamento de Vascões: arruamentos*. Lisboa, JCI, 1954. [s/n].
- ²⁷ J. Neves Oliveira. *Colónia Agrícola da Boalhosa, Núcleo da Lameira do Real: construção de 10 casas geminadas: projecto*. Lisboa, JCI, 1958. [s/n].
- ²⁸ JCI. *Gafanha. Parte II: Casa do aldeamento da Videira, Praia de Mira: projecto*. Lisboa, JCI, 1957. [s/n].
- ²⁹ JCI. *Projecto de colonização dos baldios de Montalegre e Boticas: Anexo 4: Projecto do casal tipo do Barrosos*. Lisboa, JCI, 1943. [s/n].
- ³⁰ Fotografia da autora, 2001.
- ³¹ SNI. *Colonização Interna. Cadernos do Resurgimento Nacional*. Lisboa, Secretariado Nacional de Informação. s./d. [1945]. [s/n].
- ³² Arquivo Municipal de Paredes de Coura. Fundo PT/MPCR/CAB – Colecção de Emília Carvalho.